

## O ensino da Educação Financeira na perspectiva de professores de Matemática da Educação Básica

**Priscila de Oliveira e Silva**

Universidade Estadual Paulista

Rio Claro, SP — Brasil

✉ [priscila.o.silva@unesp.br](mailto:priscila.o.silva@unesp.br)

 0000-0001-7212-5994

**Lucas Carato Mazzi**

Universidade Estadual Paulista

Rio Claro, SP — Brasil

✉ [lucas.mazzi@unesp.br](mailto:lucas.mazzi@unesp.br)

 0000-0003-3395-3724



2238-0345 

10.37001/ripem.v15i1.3952 

Recebido • 31/05/2024

Aprovado • 17/10/2024

Publicado • 02/03/2025

Editor • Gilberto Januario 

**Resumo:** A Educação brasileira tem sofrido modificações curriculares nos últimos anos, transformando cada vez mais o ambiente escolar em espaços institucionais que privilegiam a formação de indivíduos neoliberais. Nesse cenário de fortalecimento da agenda neoliberal na Educação, a Educação Financeira surge como uma nova atriz, disseminando ideologias neoliberais e ideais capitalistas. Este artigo busca entender aspectos do ensino da Educação Financeira emergentes em entrevistas com professores da Educação Básica que abordam o tema em suas aulas de Matemática ou disciplinas específicas. Além de discutir a noção de Educação Financeira desde sua origem até sua inserção nas escolas brasileiras, este estudo analisa entrevistas seguindo a abordagem fenomenológica. A análise revela que, apesar da ligação potencial entre Educação Financeira e Matemática, é crucial discutir o tema de maneira transversal, destacando a importância de uma Educação Financeira que transcenda ideais individualistas, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes. É necessário se atentar para o ensino da Educação Financeira, uma vez que as escolas assumem esses ideais e acabam contribuindo para a disseminação de ideologias neoliberais e o estímulo dos ideais capitalistas.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Neoliberalismo. Interdisciplinaridade. Educação Matemática. Diálogo.

### Aspects of Financial Education teaching from the perspective of Basic Education Mathematics teachers

**Abstract:** Brazilian education has undergone curricular changes in recent years, increasingly transforming the school environment into institutions that prioritize the formation of neoliberal individuals. In this context of strengthening the neoliberal agenda in education, Financial Education emerges as a new player, disseminating neoliberal ideologies and capitalist ideals. This article seeks to understand aspects of Financial Education teaching that emerge from interviews with Basic Education teachers who address the topic in their Mathematics classes or specific subjects. In addition to discussing the notion of Financial Education from its origin to its inclusion in Brazilian schools, the study analyzes interviews following the phenomenological approach. The analysis reveals that, despite the potential connection between Financial Education and Mathematics, it is crucial to discuss the topic transversally, highlighting the importance of Financial Education that transcends individualistic ideals, contributing to the formation of critical and conscious citizens. It is necessary to pay attention to the teaching of Financial Education, as schools adopt these ideals and end up contributing to the spread of neoliberal ideologies and the promotion of capitalist ideals.

**Keywords:** Financial Education. Neoliberalism. Interdisciplinarity. Mathematics Education. Dialogue.

## **Aspectos sobre la enseñanza de la Educación Financiera desde la perspectiva de los profesores de Matemáticas de la Educación Básica**

**Resumen:** No se deben utilizar citas bibliográficas. La educación brasileña ha sufrido modificaciones curriculares en los últimos años, transformando cada vez más el ambiente escolar en instituciones que privilegian la formación de individuos neoliberales. En este escenario de fortalecimiento de la agenda neoliberal en la Educación, la Educación Financiera surge como una nueva protagonista, difundiendo ideologías neoliberales e ideales capitalistas. Este artículo busca entender los aspectos de la enseñanza de la Educación Financiera que emergen en entrevistas con profesores de la Educación Básica que abordan el tema en sus clases de Matemáticas o en asignaturas específicas. Además de discutir la noción de Educación Financiera desde su origen hasta su inclusión en las escuelas brasileñas, el estudio analiza entrevistas siguiendo el enfoque fenomenológico. El análisis revela que, a pesar de la posible conexión entre Educación Financiera y Matemáticas, es crucial discutir el tema de manera transversal, destacando la importancia de una Educación Financiera que trascienda los ideales individualistas, contribuyendo a la formación de ciudadanos críticos y conscientes. Es necesario prestar atención a la enseñanza de la Educación Financiera, ya que las escuelas adoptan estos ideales y terminan contribuyendo a la difusión de ideologías neoliberales y al fomento de los ideales capitalistas.

**Palabras clave:** Educación Financiera. Neoliberalismo. Interdisciplinarietà. Educación Matemática. Diálogo.

### **1 Introdução**

Nos últimos anos, a Educação Básica brasileira tem sofrido inúmeras modificações curriculares, transformando nossas escolas, cada vez mais, em espaços institucionais que privilegiam a formação de indivíduos neoliberais (Laval, 2019). Em 2017, por exemplo, a partir da Lei de nº. 13.415/2017, houve uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, modificando estruturalmente o Ensino Médio (Brasil, 2017a).

Segundo Jacomini (2022, p. 268), essa reforma “implica um rebaixamento do acesso ao conhecimento a jovens brasileiros/as; mas não para todos, já que as elites e as classes médias não permitirão a simplificação curricular nas escolas que atendem seus filhos”. Nota-se, desse modo, uma vertente neoliberal de educação, sendo que, aqueles que possuem recursos financeiros poderão escolher uma educação de qualidade, em contraponto às classes mais vulneráveis, que serão preparadas, exclusivamente, para o mercado de trabalho.

Nesse ano em questão e, também, em 2018, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, assim como a do Ensino Médio, respectivamente (Brasil, 2017b, 2018). Tal documento se tornou norteador dos currículos estaduais – e em alguns casos, assumiu o papel de currículo –, tendo como base estruturante os interesses de grandes corporações, visto “o apoio institucional das principais fundações empresariais que atuam na agenda de educação, como o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Sena, Fundação Lemann, Instituto Natura, entre outros, que têm grande influência na definição de políticas públicas na área” (Lopes, 2019, p. 52).

É nesse cenário de mudanças e de fortalecimento da agenda neoliberal nos espaços educacionais que surge uma nova atriz, a Educação Financeira. Esta, que a depender dos interesses e da compreensão assumida, pode contribuir para a disseminação de ideologias

neoliberais e o estímulo dos ideais capitalistas.

No âmbito da Educação Matemática, essa temática se tornou interesse de diversos pesquisadores (Silva & Powell, 2013; Melo & Pessoa, 2019; Mazzi & Baroni, 2021; Lima, 2023; Silva, 2024), que se debruçaram em refletir o que poderia ser essa tal “Educação Financeira” que, sem nenhuma preocupação com a formação do professor já em sala de aula, escancarou as portas de nossas escolas.

Por não haver uma compreensão única para a expressão, consideramos fundamental deixar explícita nossa visão. Entendemos a Educação Financeira como um conjunto de conhecimentos que contribuem para uma compreensão mais ampla do sistema neoliberal, o qual nos atinge de diferentes modos e em diferentes esferas. Tratar sobre Educação Financeira, em nossa visão, é questionar os impactos do capitalismo e da busca do lucro infinito em nosso planeta; refletir sobre o consumo desenfreado e os impactos ambientais ocasionados por essa busca de riqueza máxima; questionar o porquê de um alto número de pessoas que passam fome ao mesmo tempo que toneladas de alimentos são desperdiçados; dentre tantas outras reflexões que escancaram as desigualdades sociais. Depreendemos que a Educação Financeira, assumida nesse viés, pode contribuir com uma possível transformação social.

Tendo em vista essa amplitude de temáticas que atravessa a Educação Financeira, este artigo, recorte de uma pesquisa de mestrado recém defendida (Silva, 2024)<sup>1</sup>, assumindo uma abordagem fenomenológica, tem por objetivo compreender quais aspectos sobre o ensino da Educação Financeira emergem em entrevistas com professores da Educação Básica que já trabalham com o tema em suas aulas de Matemática e/ou ministram disciplinas específicas sobre o tema.

Para contemplar esse objetivo, realizamos, na sequência, uma breve discussão sobre a noção de Educação Financeira em diferentes perspectivas, desde sua criação no início do século XXI, até chegar às escolas brasileiras; apresentamos a metodologia utilizada e como os dados foram produzidos para, então, discutirmos algumas falas dos professores na direção do objetivo supracitado. Para findar, constam nossas considerações finais, seguidas das referências que subsidiaram o presente estudo.

## 2 Educação Financeira

No ano de 2003, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>2</sup> elaborou o “Projeto de Educação Financeira”, visando identificar e avaliar a eficiência dos diferentes programas existentes na época e sugerir ações políticas para melhorar aquilo que entendiam como conscientização e Educação Financeira (OCDE, 2005). Os 34 países membros da Organização da época, e alguns países não-membros, como o Brasil, passaram a ser orientados pelas diretrizes desenvolvidas pela OCDE com o intuito de educar financeiramente seus cidadãos. Para isso, foi gerado um documento intitulado: “Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e consciência” (OCDE, 2005), no qual se apresenta um conjunto de recomendações aos governos dos países

<sup>1</sup> A dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, da Universidade Estadual Paulista (Unesp – Rio Claro), escrita pela primeira autora e orientada pelo segundo autor. Nessa pesquisa, a autora objetivou compreender como a Educação Financeira se mostra através da perspectiva de professores de Matemática que atuam na Educação Básica. A construção dos dados se deu por meio de entrevistas com esses docentes, cujas transcrições foram analisadas seguindo o rigor da pesquisa qualitativa, desenvolvida segundo a abordagem fenomenológica. A partir da análise, pelo movimento de redução fenomenológica, três categorias despontaram durante nossa investigação, sendo elas: ‘Formação em Educação Financeira’, ‘Material didático’ e ‘Aspectos do ensino da Educação Financeira’.

<sup>2</sup> Fórum único, no qual os governos dos países membros trabalham juntos para “enfrentar” os desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização.

membros. Tal documento pode contribuir para o desenvolvimento de ações visando à Educação Financeira, a qual, no entendimento da OCDE, é:

[...] o processo pelo qual os consumidores financeiros/ investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ ou aconselhamento, objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 26, tradução nossa).

Esse conceito foi adotado por alguns países na construção de suas propostas de Educação Financeira, por exemplo, o Brasil. Em 2007, o governo brasileiro formou um grupo de trabalho em conjunto com representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil, com o intuito de desenvolver uma proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (Silva & Powell, 2013).

Por meio do decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (Brasil, 2010), o governo brasileiro instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o intuito de promover a Educação Financeira e “contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010).

Com as preocupações mencionadas anteriormente, a ENEF programou a inserção da Educação Financeira nas escolas, com o intuito de educar as crianças e adolescentes para serem conscientes em relação ao uso do dinheiro e desenvolverem hábitos e comportamentos que evitem o consumismo e o desperdício. Ainda, com a Estratégia, esperava-se que as escolas pudessem desenvolver valores, conhecimento e competências importantes para controle autônomo da vida financeira, contribuindo para complementar a formação do cidadão.

Apesar das belas palavras supracitadas, a ENEF, influenciada pelos ideais da OCDE, apresenta uma proposta de Educação Financeira voltada para o indivíduo, em um movimento que focaliza o dinheiro, demonstrando que o desenvolvimento econômico é a maior preocupação, desconsiderando reflexões no contexto social, político, dentro outros aspectos que extrapolam o aspecto individual e que atravessam a sociedade como um todo.

No documento da OCDE, em 2005, também foi recomendado que a Educação Financeira começasse na escola, com ações propostas que tivessem como foco as finanças pessoais, considerando que essa formação poderia influenciar os estudantes em relação aos seus hábitos e atitudes financeiras (OCDE, 2005). Ou seja, a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar, segundo a OCDE (2005) e, posteriormente, a ENEF (Brasil, 2010), parte do princípio de que, quanto mais cedo um indivíduo aprender sobre finanças, maiores serão suas chances de adotar hábitos conscientes sobre o consumo e traçar um planejamento de vida, tratando de forma superficial todo o contexto social, cultural, político e econômico em que tais indivíduos estão inseridos.

Contudo, vale reforçar novamente, que os documentos mencionados não problematizam aspectos como a concentração de riquezas; a falta de direitos básicos garantidos; as altas taxas de desemprego; as alíquotas de imposto afetando mais a população pobre do que a elite financeira, dentre outros aspectos. Essa visão de Educação Financeira delega ao indivíduo a responsabilidade de modificar todo o cenário – apesar de que, no fundo, compreendemos que o intuito deles não é uma transformação social, mas a manutenção de todo o sistema capitalista vigente.

Melo e Pessoa (2019) argumentam que a Educação Financeira, na qual se fundamenta a OCDE e os agentes financeiros privados, não possibilita – e não se tem como meta – o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva acerca das questões financeiras coletivas, pois orienta as pessoas a organizarem suas finanças para que seja possível consumir os produtos oferecidos. Isto é, mercantilizando a Educação Financeira, limitando a temática a discussões voltadas às finanças pessoais em prol do consumo.

Na mesma direção, Mazzi e Baroni (2021, p. 40) defendem que a concepção e as atividades promovidas pela OCDE e pela ENEF possuem uma visão mercadológica de Educação Financeira, sugerindo “um papel passivo do cidadão, a quem cabe apenas consumir os produtos financeiros, e da melhor forma possível”. Os autores apontam, ainda, que essa definição propõe aos indivíduos “uma melhora da compreensão dos conceitos e produtos financeiros”, podendo supor, então, que o que deve ser feito é ensinar as pessoas a consumirem, sem que haja um olhar para problemas gerais da sociedade, como a desigualdade social, o desemprego, a fome, dentre tantas outras questões que afetam o sujeito, em um movimento de visões que parecem privilegiar o ensino para o consumo, além de fortalecer o sistema capitalista (Mazzi & Baroni, 2021).

Corroborando a perspectiva desses autores, questionamos essa visão promovida pela OCDE e, conseqüentemente, pela ENEF. Entendemos que a Educação Financeira deve ser abordada de modo que promova reflexões e senso crítico, expandindo o campo de conhecimento financeiro e indo além do individualismo.

Trazendo a discussão para a Educação Básica, Silva e Powell (2013) elaboram a ideia de Educação Financeira Escolar (EFE). Para os autores, a Educação Financeira necessária nas escolas pode ser vista como

[...] um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal familiar e da sociedade em que vivem (Silva e Powell, 2013, p. 12).

A partir de tal compreensão, entendemos que o intuito da EFE é oportunizar aos estudantes o entendimento do universo do dinheiro, possibilitando além da compreensão e do uso de habilidades para com finanças e economia, o desenvolvimento da criticidade. Contudo, tais reflexões ainda são rasas no que diz respeito a uma crítica, de fato, ao sistema político, econômico e social em que estamos inseridos. Nessa perspectiva, Baroni (2021, p. 235) evidencia que, para a Educação Financeira se efetivar na Educação Básica, são necessários caminhos para que as discussões extrapolem a exploração matemática dos problemas, desvencilhando-se de abordagens técnicas e mecanizadas, “em favor de uma formação geral e política, livre do propósito de manter as exigências do sistema capitalista, pautadas sobre o consumo desenfreado”.

A autora em questão destaca ainda que em um trabalho com a Educação Financeira na escola, “[...] a percepção estrutural da sociedade em que vivem deve ser priorizada na ação educativa, assim como o desenvolvimento de uma consciência crítica do seu papel no meio em que vivem e interagem” (Baroni, 2021, p. 21). Ou seja, educar financeiramente não pode estar apenas associado a como os cálculos são realizados ou como funciona tecnicamente o mercado financeiro, é necessário estar alinhado ao propósito de contribuir para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, no qual as pessoas são o bem mais precioso, não o acúmulo do capital.

Desse modo, corroboramos as disposições de Mazzi, Hartmann e Pessoa (2024, p. 21-22) ao considerarem que educar financeiramente uma pessoa

[...] É elucidar a existência de um sistema neoliberal perverso, que visa ao lucro infinito, sem se preocupar em destruir pessoas, meio ambiente, ou seja lá o que possa aparecer no caminho como *empecilho* para que essa riqueza sem fim seja alcançada. Ser educado financeiramente é saber ler como o capitalismo impacta nas relações humanas e propor modos de combater e transformar as injustiças causadas e reforçadas por ele, visando à Justiça Social.

Dessa forma, buscamos uma Educação Financeira que possa convidar os estudantes a pensarem criticamente sobre as situações econômicas e sociais que os cercam, visando à melhoria da qualidade de vida no âmbito pessoal, familiar e social. Isso se instaura mediante a problematização das implicações do sistema neoliberal na vida de todos.

Levando em conta esse contexto escolar, devemos enfatizar que a Educação Financeira passa a ser uma temática obrigatória nos Currículos da Educação Básica com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). Em tal documento, o tema é posto como transversal, no entanto Mazzi, Oliveira e Lima (no prelo) apontam que a expressão “Educação Financeira” aparece quase que de forma exclusiva no componente curricular de Matemática, sendo mencionada apenas uma vez nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, porém sem conexão com as competências específicas nem com as habilidades dessa área. Evidenciamos, então, um protagonismo para a Matemática e, conseqüentemente, atribuindo ao professor de Matemática o ato de educar financeiramente o estudante da Educação Básica.

Com isso, ressaltamos a preocupação com a formação dos professores que trabalham e trabalharão com a Educação Financeira. Ainda, cabe chamar a atenção para a reformulação do Ensino Médio do estado de São Paulo para 2024, o chamado Novo Ensino Médio, – reforçamos essa preocupação –, pois a Educação Financeira foi inserida como disciplina e está sendo cursada pelos alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e todos do Ensino Médio.

Com a inserção dessa disciplina, as discussões sobre Educação Financeira passam a ser efetivas e frequentes na Educação Básica (anos finais do Ensino Médio) do estado de São Paulo. Nesse sentido evidenciamos duas problemáticas relacionadas à necessidade de formação dos docentes, sendo elas: a importância desses docentes serem preparados e conseqüentemente a preocupação com quais concepções de Educação Financeira serão constituídas nesse contexto escolar.

Com isso, apontamos os dados do estudo de Baroni (2021), com relação aos cursos de formação inicial do professor de Matemática ao indicarem que a temática está fortemente ancorada no terreno da Matemática Financeira. Nesta perspectiva é preciso estar atento ao papel do professor de Matemática, para que este “não seja reduzido a ensinar a consumir e ensinar os cálculos envolvidos nas negociações financeiras, como se calcular e planejar fossem ações suficientes para tomar uma decisão” (Baroni, 2021, p. 177).

Neste contexto, corroborando a autora, evidenciamos a importância desses professores terem a oportunidade de decidirem a respeito da concepção de Educação Financeira que irão desenvolver durante o exercício da docência. Isso torna possível que o docente analise criticamente a realidade e se posicione profissionalmente. Sendo assim, compreendemos que a Educação Financeira, em uma perspectiva crítica, vai além das discussões econômicas e questões voltadas às finanças pessoais, abordando temas como desigualdade social, desemprego, deficiências educacionais, consumo, meio ambiente, entre outros aspectos que

extrapolem o individual. Desta forma, defendemos uma Educação Financeira que promova reflexões e senso crítico, contribuindo com o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, elementos necessários na formação do cidadão.

### 3 Abordagem Metodológica

Para o desenvolvimento do estudo, optamos pela pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica, por entender que, durante a trajetória de investigação, é possível perceber o que se mostra acerca da Educação Financeira, tendo o olhar direcionado pela interrogação de pesquisa. Considerando ainda que na abordagem fenomenológica o visto é descrito e analisado de modo rigoroso, permitindo-nos expor o que se mostra na percepção, buscamos compreender neste artigo “quais aspectos sobre o ensino da Educação Financeira emergem de entrevistas com professores de Matemática que trabalham com a temática”.

Tendo em vista esses aspectos, os dados foram constituídos a partir de entrevistas com professores de Matemática<sup>3</sup> que, de forma direta ou não<sup>4</sup>, ensinam Educação Financeira na Educação Básica. No que concerne às entrevistas fenomenológicas, Dale (1996) aponta que o pesquisador/entrevistador deve encorajar o entrevistado a refletir sobre sua experiência e detalhá-la o máximo possível. Raniere e Barreira (2010) salientam como procedimento de coleta que possibilita o acesso a tais experiências a elaboração de um roteiro de entrevista, aberto e direcionado a elas, em que o pesquisador/entrevistador deve direcionar a entrevista para a própria vivência do sujeito. Com isso, compreendemos que, por meio das entrevistas, é possível que os sujeitos entrevistados resgatem a experiência vivida em relação ao fenômeno interrogado, o qual, na pesquisa, trata-se da Educação Financeira.

O método adotado para selecionar os docentes a serem entrevistados consistiu na análise de periódicos que produziram números temáticos sobre Educação Financeira no período de 2018 a 2021<sup>5</sup>, a saber: *Tangram, Em Teia, Recebem e Boem*. Procuramos identificar professores que, ao publicarem sobre Educação Financeira, mencionaram de maneira clara sua atuação no Ensino Básico.

Após o processo de identificação dos professores, convite para participação na pesquisa realizados, os aceites recebidos, foram realizadas as entrevistas. De posse dos discursos, realizamos a transcrição das falas de cada um dos entrevistados, as quais foram posteriormente analisadas, seguindo o rigor da metodologia adotada.

De posse das transcrições dos discursos de cada participante, mantendo fidedignidade ao que foi dito, avançamos para um movimento interpretativo, buscando compreender os sentidos e as significações denotados na descrição (Bicudo, 2011). Para a autora, essa descrição evidencia:

[...] o movimento dos atos da consciência. Ela se limita a relatar o visto, o sentido, ou seja, a experiência como vivida pelo sujeito. Não admite avaliações e interpretações, apenas exposição do vivido como sentido ou percebido. Porém, a preocupação da Fenomenologia não é se deter na descrição da experiência focando as nuances da sua individualidade, mas visa mostrar as estruturas em que a experiência relatada se dá, deixando transparecer, nessa descrição, as suas estruturas universais (Bicudo, 2011,

<sup>3</sup> Ressaltamos que a pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências de Bauru, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, com o parecer número 6.803.459.

<sup>4</sup> Professores que lecionam uma disciplina específica de Educação Financeira ou que trabalham a temática em suas aulas de Matemática.

<sup>5</sup> O período escolhido foi entre 2018 e 2021, pois, com a implementação da BNCC 2017/2018, a temática passa a ser obrigatória na Educação Básica e o ano de 2021 é o que antecede o início do desenvolvimento da pesquisa.

Significa dizer que consideramos, nesse momento, a experiência vivida pelo sujeito e as circunstâncias que o rodeiam, sabendo que a Fenomenologia não se detém apenas à descrição das vivências relatadas, mas busca transcender o individual narrado na descrição. Para tanto, é necessário que avancemos em direção a um movimento interpretativo, buscando compreender os sentidos e as significações denotados nessa descrição (Bicudo, 2011). Nesta perspectiva, o procedimento de análise interpretativa das descrições integra dois momentos distintos, mas não separados um do outro: a Análise Ideográfica e a Análise Nomotética.

Na Análise Ideográfica, em um primeiro momento, realizamos uma leitura de todo o diálogo, com o objetivo de compreender, de maneira geral, o apresentado pelos sujeitos. Em seguida, o discurso foi lido inúmeras vezes, buscando interpretar e entender o sentido do que foi dito pelos entrevistados em relação à interrogação norteadora desta pesquisa. Terminada a construção dos quadros de análise ideográfica (opção dos autores) referentes às discussões de cada entrevista, buscamos compreender “*quais aspectos sobre o ensino da Educação Financeira emergem de entrevistas com professores de Matemática que trabalham com a temática?*”.

Para exemplificar como o quadro da análise Ideográfica foi constituído resgatamos o recorte, na sequência. A primeira coluna é denominada *Unidades de Significado*, apresentando as passagens das entrevistas que, ao nosso ver, mostram-se significativas para a interrogação. Tais Unidades são identificadas com um código alfanumérico, em que o primeiro número indica a entrevista e o segundo a Unidade de Significado. Por exemplo, o código “US3.12” representa a décima primeira Unidade de Significado da terceira entrevista. Esse processo foi realizado para preservar a identidade do entrevistado.

A segunda coluna expõe as *Asserções Contextualizadas*, a partir de palavras destacadas na das Unidades de Significado. Essas palavras são importantes para a compreensão do que foi dito pelo entrevistado, uma vez que, por intermédio delas, são realizadas considerações interpretativas, fazendo uso de fontes como Dicionário de Língua Portuguesa, Dicionário de Filosofia e artigos que tratam do assunto. Na terceira coluna, há uma síntese do que foi dito e interpretado, síntese essa transcrita na linguagem da pesquisadora, com o objetivo de evidenciar sua compreensão acerca do fenômeno percebido. Na última coluna, por sua vez, estão expressas as ideias nucleares que se constituíram no movimento da análise ideográfica. Na continuidade deste texto, trazemos esse primeiro movimento, isto é, a Análise Ideográfica de cada uma das entrevistas e, conseqüentemente, o movimento da Análise Nomotética.

**Quadro 1:** Recorte da Análise Ideográfica

Unidade de Significado	Asserções contextualizadas	Transcrição para a linguagem da pesquisadora	Ideias nucleares
US3.12 [...] e aí, quando eu digo, convido os estudantes a refletir sobre situações econômicas e financeiras, eu estou criando aqui, eu estou marcando uma posição, estou dizendo... Assim... às vezes, eu vou falar de dinheiro, vou falar de cheque especial, vou falar de cartão de crédito, vou falar da	“A crítica cria a disciplina intelectual necessária, fazendo perguntas ao que se lê, ao que está escrito, ao livro [...]” (Freire; Shor, 1986, p. 15).	O desenvolvimento da Educação Financeira a partir de um convite à reflexão se refere a discussões de situações econômicas e financeiras que envolvem tanto perspectivas individuais quanto coletivas enquanto	Educação Financeira em uma perspectiva crítica.

<p>promoção das Casas Bahia, vou falar da carne, mas eu vou falar também da situação do osso, eu vou falar da picanha [...]. Então, é econômica e financeira, que está relacionada com aquisição, planejamento, utilização e restituição do dinheiro de forma <b>crítica</b> e fundamentada [...].</p>		<p>sociedade de “<i>forma crítica e fundamentada</i>”.</p>	
--	--	--	--

**Fonte:** dados da pesquisa.

Voltamo-nos às ideias nucleares e as conduzimos para as primeiras convergências, nas quais buscamos a generalização de sentidos sobre a essência do fenômeno (Educação Financeira), marcando o primeiro momento da Análise Nomotética.

Na análise Nomotética, busca-se uma passagem do nível individual para o nível geral, articulando convergências de sentidos e significados do que é dito individualmente, isto é, tendo em vista as convergências elaboradas pela Análise Ideográfica, estabelecem-se categorias mais amplas “que são as generalizações feitas a partir das convergências (ou Categorias Abertas) das unidades de significado” (Fini, 1994, p. 31). Assim, encontradas as Categorias de Convergência, damos início à terceira e última etapa sugerida por Bicudo (2012): a compreensão/interpretação, a qual possibilita ao pesquisador explicitar as categorias de análise que, abertas à interpretação, permitem-lhe discutir, à luz do referencial teórico assumido, o que se mostra acerca do fenômeno interrogado.

Sendo assim, com a Análise Ideográfica, e, conseqüentemente, com a Nomotética, articulamos categorias abertas que expressam os sentidos do fenômeno investigado. Desse modo, na sequência, dedicamos atenção à interpretação de uma delas, que discute aspectos do ensino da Educação Financeira na Educação Básica.

#### 4 Aspectos sobre o ensino da Educação Financeira

No movimento de interpretação desta categoria, atentamo-nos para a forma como os professores participantes da pesquisa expressaram suas preocupações e olhares para a Educação Financeira, em especial, suas perspectivas para o desenvolvimento desse tema. As discussões desta categoria estão apoiadas em nossas compreensões, anteriormente expostas, sobre Educação Financeira, particularmente sobre a Educação Financeira problematizadora, abordando tópicos como: a Educação Financeira trabalhada de modo transversal: o desenvolvimento da Educação Financeira e suas relações com a Matemática: e a construção da Educação Financeira em um movimento de reflexão para além do individual.

Ao longo das entrevistas, os participantes demonstraram, em suas falas, uma preocupação com o ensino da Educação Financeira, tanto no que se refere às conseqüências com relação à formação e aos materiais didáticos, quanto com o próprio desenvolvimento da temática em sala de aula. Neste processo de desenvolvimento, a transversalidade é exposta como um elemento essencial, uma vez que a Educação Financeira demonstra potencialidade para trabalhar com temas variados e dialoga com diferentes áreas do conhecimento, como aponta Baroni (2021). Essa perspectiva é evidenciada nas falas dos entrevistados:

**US4.24** Eu acho que a Educação Financeira, ela permite que a gente conecte os conteúdos. Então, você consegue falar de História, Geografia e Matemática juntos. Ela te permite falar de dinheiro, que eu acho isso extremamente importante também. Ela te permite falar sobre gestão. Então, gestão de tempo,

gestão de recursos, gestão de emoções. Para mim, são os quatro motivos de trabalhar a Educação Financeira na sala de aula: conexão, dinheiro, gestão e coletividade. Interdisciplinaridade a partir da Educação Financeira.

**US2.19** Não é só a Educação Financeira, mas a Educação Financeira acoplada às várias áreas do conhecimento. E a Educação Financeira ajuda a gente a pensar um pouco sobre isso, ela não é a salvadora de nada não, mas é aquele ponto de luz que ajuda a gente a pensar dentro da nossa disciplina enquanto a gente está ensinando conteúdo, enquanto a gente está construindo, enquanto a gente está compartilhando informações, enquanto a gente está ampliando visões [...]. Educação Financeira de forma interdisciplinar, como impulsionadora de reflexões no agir docente.

Na primeira Unidade de Significado, a entrevistada aponta, de acordo com sua perspectiva, quatro pontos de relevância ao se desenvolver Educação Financeira no contexto escolar. São eles: conexão, dinheiro, gestão e coletividade. Ademais, salienta a temática como potencializadora de conexões entre conteúdos, proporcionando interdisciplinaridades e reflexões tanto individuais quanto coletivas. No que se refere à segunda Unidade de Significado evidenciada, a Educação Financeira é indicada como um campo interdisciplinar, uma ferramenta que fomenta o movimento de reflexão do professor dentro de sua prática como docente.

Nessa mesma direção, Campos (2015) defende a inserção da Educação Financeira na escola “como um tema transversal que aborde as diversas questões financeiro-econômicas e eventos da atualidade [...]” (Campos, 2015, p. 223). Corroborando esse autor, Hartmann (2021) entende que a Educação Financeira deve ser abordada de forma transversal ou interdisciplinar, não sendo tratada somente na sala de aula de Matemática. Por isso, é necessário refletir e discutir sobre os conteúdos dessa área, de modo que se supere essa relação única, por meio de conexões com outras disciplinas.

De acordo com Tomaz e David (2008), a interdisciplinaridade pode ser compreendida como uma abordagem para o processo de ensino, em que é possível ter inter-relações entre as disciplinas e outras áreas do conhecimento científico. Para Fazenda (1979), essa relação se dá por meio da comunicação de ideias ou até mesmo por intermédio da integração de conceitos. A autora afirma ainda que o termo é utilizado para caracterizar a colaboração entre diferentes disciplinas ou setores heterogêneos de uma única ciência.

Os estudos de Baroni (2021) assinalam a importância da presença da Educação Financeira em diversos espaços, possibilitando ações “transdisciplinares, que alcancem mais do que o diálogo entre diferentes disciplinas, mas a superação das fronteiras estabelecidas entre elas na cultura escolar” (Baroni, 2021, p. 238). Outras investigações também foram realizadas nessa direção, por exemplo, as de Frederic (2018) e Silva (2016). A primeira desenvolveu atividades transdisciplinares com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental e a segunda teve os cenários para investigação (Skovsmose, 2000) considerados para projetos transdisciplinares de Educação Financeira, os quais motivaram docentes e aprendizagem. Frente a esses aspectos, apresentamos, ainda, outras visões docentes relacionadas a essas ponderações:

**US2.11** Então, assim, envolve uma série de questões e que a Educação Financeira precisa olhar. Precisa olhar para essa questão do trabalho, para essa questão da informalidade, para essa questão do acesso à educação, porque muitas vezes para você ter acesso ao trabalho, você tem que ter acesso à educação.

**US4.24** Eu acho que a Educação Financeira, ela permite que a gente conecte os conteúdos. Então, você consegue falar de História, Geografia e Matemática juntos. Ela te permite falar de dinheiro, que eu acho isso extremamente importante também. Ela te permite falar sobre gestão. Então, gestão de tempo, gestão de recursos, gestão de emoções [...].

As compreensões estabelecidas nas Unidades de Significado US2.11 e US4.24 reforçam a importância de a Educação Financeira ser desenvolvida de modo transversal, trabalhando com questões sociais, como o trabalho, o acesso à educação, isto é, com questões para além de finanças pessoais e de consumo, centrando-se no indivíduo. Para Delespote e Sá (2023), ela possibilita o desenvolvimento da concepção crítica em diversos temas, principalmente naqueles relacionados ao mundo do trabalho. Os autores afirmam que para isso se efetivar é necessário que a temática seja abordada junto a questões que tratem de mudanças e impactos na vida dos trabalhadores. Apesar de corroborarmos essas falas e os autores supracitados, devemos ressaltar que, ao nos referirmos à Educação Básica, rememoramos que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), embora indique a Educação Financeira como transversal e integradora, liga esses assuntos, majoritariamente, à área de Matemática. Desta forma, assinalamos Unidades de Significado que expõem essa conexão entre a Educação Financeira e a Matemática, uma vez que o ato de educar financeiramente na Educação Básica foi atribuído especialmente aos professores de Matemática.

**US2.18** Eu acho que a transversalidade traz essa riqueza nesse sentido. [...] A minha defesa da Educação Financeira é de que ela abra um espaço dentro da disciplina de Matemática para a gente conectar com essas questões socioeconômicas, políticas e ambientais que a gente vive. A Educação Financeira na Educação Básica, eu acredito na importância dela, é nesse sentido, nessa abertura de espaço para a discussão e por trazer temas relevantes e que fazem com que a pessoa perceba qual é o lugar dela no mundo. Matemática com questões sociais.

**US3.2** A gente pode aproveitar os conteúdos [...]. E que, quando eu vou falar de Educação Financeira, eu posso aproveitar uma aula de Matemática Financeira, mas eu posso aproveitar uma aula de frações. Eu posso aproveitar progressão geométrica quando estou falando de juros compostos, mas eu posso aproveitar proporcionalidade direta e inversa [...]. E, em todos esses contextos, eu posso criar ambientes de Educação Financeira [...].

A entrevistada indica, na US2.18, a potencialidade da Educação Financeira poder abrir espaços dentro da disciplina Matemática, proporcionando ao professor conectar as questões socioeconômicas, políticas e ambientais da sociedade em geral, possibilitando ainda a discussão de temas relevantes para além do individual e a suscitação de reflexões sobre o lugar “no mundo” dos estudantes. O docente expõe também, na Unidade de Significado seguinte, que é possível criar ambientes de Educação Financeira por meio de inúmeros conceitos matemáticos.

Junior e Jurkiewicz (2016, p. 83) esclarecem a concepção de Ambiente de Educação Financeira Escolar (AEFE), ressaltando que eles são criados “quando professores, alunos e/ou pesquisadores, convidam professores, alunos e/ou pesquisadores a pensar sobre questões financeiras que envolvam ideias matemáticas, mas que não se limitem a elas”. Em outros termos, isso significa dizer que esses ambientes são formados a partir do momento em que os estudantes são convidados a pensar sobre situações financeiras em uma perspectiva ampla, não se referindo a espaços físicos, mas a momentos, a situações em que convites à reflexão são

realizados, desenvolvendo a Educação Financeira a partir deles. Para os autores, o professor de Matemática tem a possibilidade de criar esses momentos durante a aula, conectando a Educação aos conteúdos matemáticos. Nesse sentido, resgatamos Unidades de Significado que apontam justamente essa conexão:

**US4.16** [...] eu trabalho Educação Financeira com Comportamento, com Educação Ambiental, com Política, tudo isso faz parte. Então, por exemplo, eu trabalhei com gráficos. É um assunto muito potente, né [sic], dentro de Matemática, e que eu consigo, sim, falar sobre Educação Financeira. Então, eu fiz algumas conexões ao trazer os gráficos, de gráficos que retratassem um assunto específico. Então, eu pego o conteúdo de Matemática dentro do meu planejamento [...] e vou vendo como que a Educação Financeira pode se conectar com eles. Então, os mais clássicos: gráficos, estatística, porcentagem, juros, [...], os que as conexões são mais visíveis, por exemplo.

**US3.13** Então, tem que discutir renda, tem que discutir trabalho, tem que discutir planejamento, tem que discutir orçamento, gestão, consumo, cultura, sustentabilidade [...]. E aí, a gente vai discutir sobre investimento, vai discutir sobre previdência, vai discutir sobre seguro, sobre proteção, sobre risco, sobre tributo, e buscando produzir conexões didáticas com a Educação Básica por meio do ensino da Matemática.

As Unidades de Significado apresentadas ressaltam as possibilidades de desenvolver a Educação Financeira por meio do ensino da Matemática. No entanto, apesar de os professores demonstrarem essa conexão, compreendemos, em suas falas, uma preocupação em desenvolvê-la para além da disciplina em si, demonstrando um entendimento sobre a necessidade de promover discussões que não se reduzam a ensinar a consumir e a calcular elementos envolvidos nas negociações financeiras. Com isso, ressaltamos a importância de algumas percepções dos professores, conforme disposto nas Unidades de Significado a seguir:

**US1.5** [...] porque eu acredito que a Educação Financeira é um olhar mais amplo, no sentido de escolhas, consumo, consciência [...].

**US2.10** [...] tem que ter essa visão crítica e tem que lembrar dessa realidade na qual o aluno vive, de que existe uma desigualdade enorme, ele precisa compreender que desigualdade é essa e que sistema é esse em que ele vive, e que engrenagens esse sistema tem para que ele possa sobreviver nisso. Porque não é só viver, é sobreviver mesmo, e de que forma ele pode também interferir nisso: a minha vida está ruim por quê?

**US3.8** Educação Financeira para mim [...] começa por ser uma prática de educar, a partir do qual você convida à reflexão sobre temas envolvendo aquisição, uso, distribuição e poupança do dinheiro, bem como as consequências das atitudes, numa perspectiva multidisciplinar, visando trazer para essa discussão aspectos éticos, humanistas, sustentáveis, levando-me também em consideração que as nossas escolhas e atitudes têm consequências individuais, mas também têm consequências coletivas.

Compreendemos, a partir dessas Unidades de Significado, de modo geral, que os professores assumem um olhar mais amplo com relação à Educação Financeira, no sentido de não se limitar à Matemática Financeira. Pontuamos ser essencial convidar os estudantes a refletir e a constituir uma visão crítica, em um movimento de compreender questões como o

consumo, o contexto em que eles vivem, as escolhas e as desigualdades, buscando melhorias individuais e coletivas. Nessa mesma direção, estão nossas compreensões sobre como a Educação Financeira deveria ser desenvolvida na Educação Básica, qual seja expandindo o campo financeiro, convidando os alunos a pensarem criticamente sobre as situações econômicas e sociais que os cercam, visando à melhoria da qualidade de vida no âmbito pessoal, familiar e social.

Ressaltamos novamente que essas concepções vão de encontro com a visão proposta pela OCDE e, conseqüentemente, pela ENEF e pela BNCC, uma vez que essas organizações propõem uma Educação Financeira mercadológica. Sendo assim, estamos de acordo com Mazzi e Baroni (2021) quando defendem que, para além dos cálculos e dos conceitos da Matemática Financeira, do ensino para o consumo, das técnicas para ganho de capital e das discussões sobre produtos financeiros, é necessário que a Educação Financeira tenha um olhar problematizador para toda a estrutura capitalista e para seus impactos na sociedade. Desse modo, ela “[...] tem que se pautar pela ética nas relações pessoais, favorecendo uma formação para a análise crítica da realidade da vida financeira, de modo a problematizá-la, propondo sempre que possível, modos de superar as injustiças e as desigualdades sociais” (Mazzi & Baroni, 2021, p. 49).

Trata-se de uma Educação Financeira que esteja, de fato, preocupada com os indivíduos, proporcionando-lhes uma formação que favoreça a análise crítica da realidade da vida financeira, problematizando e buscando superar as desigualdades sociais. Para Skovsmose (2021), é crucial que a temática não conserve uma aceitação da ordem econômica, mas que ajude a determinar uma posição crítica.

Neste contexto, os estudos de Baroni (2021), baseados nas ideias de Paulo Freire, discutem, dentre outras coisas, a criticidade na Educação Financeira no contexto dialógico. Isso porque a autora aponta o diálogo como presença decisiva “sobre a vida financeira e da autonomia nos processos de planejamento e tomada de decisão, [...] a ética e os mecanismos de funcionamento desse mundo” (Baroni, 2021, p. 90-91).

Nessa direção, os professores participantes evidenciaram a pertinência de preparar os temas de acordo com o interesse da turma, expondo uma preocupação em propor aulas não tradicionais, desenvolvidas em conjunto com os estudantes, o que demonstra um ambiente no qual o diálogo docente-discente se sobressai. Esses elementos são expostos nas seguintes Unidades de Significado:

**US1.11** [...] Eu vou puxando algumas questões do que eles têm ou o que eles não têm ou o que, o que seria legal deles terem. [...] Então, eu vou pegando alguns termos ali durante as aulas, [...] eu tento ir amarrando isso e, com o interesse da turma, vou puxar nas próximas aulas. [...] Às vezes, muda numa sala para outra. Às vezes, eu tenho discussões diferentes do mesmo tema [...].

**US1.12** [...] eu vou fazer um paralelo de acordo com o interesse deles [...] e, às vezes, eu dou alguns temas para eles fazerem algo diferente. [...] Eu trabalhei com a temática de sonhos, [...] fugir ali de só falar os sonhos de ser algo tradicional, de fazer uma planilha [...]. Então, eu pedi pra [sic] eles fazerem um cartaz. [...] No cartaz, eles são bem criativos. [...].

Com isso, ressaltamos a relevância de se constituírem ambientes que, a partir do diálogo, proporcionem aos estudantes espaços para refletirem e tomarem decisões que possam transformar suas realidades, contribuindo para uma formação crítica. Isso porque, segundo o dicionário Paulo Freire:

o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo, podemos dizer o mundo segundo nosso modo de ver. [...]. Essa possibilidade abre caminhos para repensar a vida em sociedade, discutir sobre nosso *ethos* cultural, sobre nossa educação, a linguagem que praticamos e a possibilidade de agirmos de outro modo de ser, que transforme o mundo que nos cerca (Streck, Redin & Zitkoski, 2017, p. 117).

O diálogo se faz necessário para se alcançar a criticidade, permitindo-nos refletir de maneira individual e coletiva, possibilitando transformações na sociedade em que estamos inseridos. Nesse direcionamento, para os professores participantes do estudo, o diálogo e, por conseguinte, a reflexão e a problematização são aspectos imprescindíveis no desenvolvimento da Educação Financeira na Educação Básica, o que expõe a preocupação dos sujeitos desta pesquisa em promover uma Educação Financeira problematizadora, que convide a ações e a diálogos críticos no tocante ao contexto social, financeiro e econômico dos indivíduos, visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em que vivem.

Por fim, evidenciamos que corroboramos os apontamentos que abarcam a criticidade e os aspectos sociais em Educação Financeira, além de sua abordagem de forma transversal, perpassando os diversos campos do conhecimento em prol da constituição de uma Educação Financeira que supere as ideais de cunho individual, contribuindo para a formação de cidadãos e de sociedades conscientes e críticos.

## 5 Considerações Finais

As discussões elencadas indicam que os professores entrevistados consideram o diálogo, a reflexão e a problematização imprescindíveis ao desenvolvimento da Educação Financeira. Ainda, apontam que apesar da potencialidade do tema de ser trabalhado de forma transversal, é necessário um convite a ações e a diálogos críticos no que se refere aos contextos social, financeiro e econômico dos indivíduos, para além de cálculos financeiros, em busca de uma Educação Financeira que supere os ideais de cunho individual, contribuindo para formação de cidadãos e de sociedades conscientes e críticas.

As ideias do mundo dos negócios, disseminadas por meio de supostos empresários bem-sucedidos, estão sendo trazidas para dentro das escolas e formalizadas como uma política pública para a Educação (Sachs, Gereti, Ferraiol, Elias & Souza, 2023), revelando uma função clara de naturalizar as lógicas do capitalismo. Assim, com as reformas educacionais discutidas no início de nosso texto, no Estado de São Paulo em particular, a Educação Financeira, neste ano, passou a ser inserida como disciplina e está sendo oferecida nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e nos três anos do Ensino Médio.

Isto é, de fato, a Educação Financeira adentrou de modo forçado as salas de aula, sendo fundamental pensarmos na formação dos professores que trabalham e trabalharão com a temática, compreendendo sua relevância em uma perspectiva problematizadora que permita questionar e problematizar a realidade, possibilitando aos cidadãos o desenvolvimento de sua criticidade, estarem atentos e não aceitarem tudo que lhes é imposto, vislumbrando superar as desigualdades sociais. Em contrapartida, tem-se a visão de Educação Financeira proposta nas escolas advindas das ideias desenvolvidas pela OCDE e pela ENEF que expõem uma perspectiva reducionista e mercadológica, sugerindo um papel passivo do cidadão, a quem cabe apenas consumir da melhor forma possível.

Considerando o cenário de mudanças na educação, especialmente no que se refere às

modificações curriculares e às ideias mercadológicas desenvolvidas pela OCDE e ENEF, que fortalecem a agenda neoliberal, devemos nos atentar para o ensino da Educação Financeira, uma vez que, as escolas assumem esses ideais e acabam contribuindo para a disseminação de ideologias neoliberais e o estímulo dos ideais capitalistas.

### Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da primeira autora no desenvolvimento de seu mestrado, que gerou este artigo.

### Referências

- Baroni, A. K. C. (2021). *Educação financeira no contexto da educação matemática: possibilidades para a formação inicial do professor* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP.
- Bicudo, M. A. V. (2011). *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. Cortez.
- Bicudo, M. A. V. (2012). A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. *Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia*, 5(2), 15-26.
- Brasil. (2010). Decreto n 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2017a). Lei n 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2017b). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília, DF.
- Campos, A. R. (2015). *A Educação Financeira em um curso de orçamento e economia doméstica para professores: uma leitura da produção de significados financeiro-econômicos de indivíduos-consumidores* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.
- Dale, G. A. (1996). Existential phenomenology: Emphasizing the experience of the athlete in sport psychology research. *The Sport Psychologist*, 10, 307-321.
- Delesposte, T. & Sá, L. C. (2023). Um olhar sobre a Educação Financeira em Livros Didáticos de Matemática a partir das novas morfologias do trabalho. In *Semana da Matemática do IFES*, 9., Vitória, ES.
- Fazenda, I. C. A. (1979). *Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro* (6. ed.). Loyola.
- Fini, M. I. (1994). Sobre a Pesquisa Qualitativa em Educação, que tem a Fenomenologia como suporte. In M. A. V. Bicudo & V. H. C. Esposito (Org.), *A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico* (pp. 23-33). Editora UNIMEP.
- Frederic, D. J. A. (2018). *Contribuições da Educação Estatística, Socioemocional e Financeira para a saúde do cidadão* (Dissertação de Mestrado). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, São Paulo.
- Hartmann, A. L. B. (2021). *A Educação Financeira nos cursos de licenciatura em Matemática*

- da Universidade Estadual Paulista (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP.
- Jacomini, M. A. (2022). Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede de ensino básico do país. *Retratos da Escola*, 16(35), 267-283.
- Junior, I. M. & Jurkiewicz, S. (2016). Representações temporais e o valor do dinheiro no tempo: conexões entre a Educação Financeira e o Ensino de Matemática. *BoEM*, 4(7), 116-138.
- Laval, C. (2019). *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público* (1. ed.). Boitempo.
- Lima, A. S. (2023). *Educação Financeira no Capitaloceno* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Lopes, B. (2019). BNCC e o avanço neoliberal nos discursos sobre educação. In F. Cássio & R. Catelli Jr. (Org.), *Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC* (1. ed., pp. 45-57). Ação Educativa.
- Mazzi, L. C. & Baroni, A. K. C. (2021). Diálogos possíveis entre Educação Financeira e Educação Matemática Crítica. In A. K. C. Baroni, A. L. B. Hartmann & C. C. S. Carvalho (Org.), *Uma abordagem crítica da educação financeira na formação do professor de matemática* (1. ed., pp. 37-53). Appris.
- Mazzi, L. C., Hartmann, A. B. L. & Pessoa, C. A. S. (2024). Financial Education and Social Justice: Reflections within the scope of Mathematics Education. *Bolema*, 38, 1-26.
- Melo, D. P. & Pessoa, C. A. S. (2019). Educação financeira no Ensino Médio: possibilidades. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, 3(2), 488-513.
- OCDE. (2005). *Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies*.
- Sachs, L., Gereti, L. C. V., Ferraiol, T. F., Elias, H. R. & Souza, L. G. R. (2023). Crítica da Educação Financeira na Educação Matemática. *Bolema*, 37(76), 449-478.
- Silva, A. M. & Powell, A. B. (2013). Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica. In *Anais do 11º Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM)*, Curitiba.
- Silva, P. de O. (2024). *Educação Financeira na Educação Básica: um olhar de professores de Matemática* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, SP.
- Silva, R. M. da. (2016). *Cenários para investigação de temas de Educação Financeira em uma Escola Pública de Duque de Caxias* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Duque de Caxias, RS.
- Skovsmose, O. (2000). Cenários para investigação. *Bolema*, 13(14), 66-91.
- Skovsmose, O. (2021). Prefácio. In A. K. C. Baroni, A. L. B. Hartmann & C. C. S. Carvalho (Org.), *Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de matemática*. Appris.
- Streck, D. R., Redin, E. & Zitkoski, J. (2017). *Dicionário Paulo Freire* (3. ed.). Autêntica.
- Tomaz, V. S. & David, M. M. M. S. (2008). *Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática em sala de aula* (3. ed.). Autêntica.